

Relatório do workshop de consulta pública sobre a proposta do Documento do Programa do PNUD para o País 2020-2022



© UNDP Angola

Luanda | Hotel Trópico | 03 de Abril 2019

Participantes:

Equipa do Escritório do Programa das Nações Unidas (PNUD) em Angola, Deputados da Assembleia Nacional, Representantes do Executivo da República de Angola, Directores Nacionais, Representantes das Agências da ONU em Angola, Representantes do Corpo Diplomático e Parceiros de Desenvolvimento, Representantes do Sector Privado, da Sociedade Civil e da Academia, entre outros de acordo a lista de presença em anexo.

Agenda de trabalho:

1. Introdução e Boas Vindas
2. Apresentação da proposta do Programa do PNUD para Angola 2020-2022
3. Sessão de Comentários, Perguntas e Respostas
4. Encerramento

Desenvolvimento do encontro:

1. Introdução:

1.1 No dia 03 de Abril do ano em curso, o Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Angola, realizou o workshop de consulta pública sobre a proposta do Documento do Programa para o país 2020-2022, com o objectivo de conjuntamente com os parceiros, nomeadamente o Governo, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, discutir e identificar a contribuição estratégica do PNUD em Angola à visão do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e prioridades nacionais do país.

1.2 A Nova Proposta do Programa do PNUD para o País representa um passo ousado na direcção do objectivo da ONU “Deliver as One” (Juntos na Acção), guiada pelo UNDAF através da operacionalização da Resolução da AG sobre o Reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento da ONU. O PNUD trabalhará em estreita colaboração com as Agências das Nações Unidas, mencionadas no “Capítulo Comum” dos seus Planos Estratégicos corporativos.

1.3 O Mesmo apoia directamente o PDN 2018-2022, a Visão de Angola 2025-50, outras políticas e estratégias nacionais fundamentais e o Plano Estratégico Global do PNUD 2018-2021. O CPD também se baseia nos compromissos internacionais de Angola, incluindo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 da União Africana, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas e outros acordos ambientais multilaterais, a CEDAW, e outros tratados regionais e internacionais de direitos humanos. O PNUD responderá às prioridades do governo com “Signature Solutions” 1,2,3,4,5 e 6 (Soluções Estratégicas do PNUD) e 7

contribuirá para o alcance das metas dos ODS definidas no UNDAF, nomeadamente os ODS 1, 2, 3, 5, 8, 10, 11, 13 14, 15, 16 e 17

Sessão de Boas Vindas

1.4 A sessão de abertura foi presidida pelo Representante Residente Interino, Dr. Henrik Fredborg Larsen, ladeado pelo Director Nacional para a Integração, Cooperação e Negócios Internacionais do Ministério da Economia e Planeamento, Dr. António Pombal. Durante a sua locução, o Director do PNUD proferiu palavras de boas vindas à audiência e observou que o Documento do Programa para o país 2020-2022 é um instrumento principal para articular, planificar, implementar, monitorar e avaliar o papel e a contribuição do PNUD em Angola aos esforços do país no alcance dos resultados de desenvolvimento no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acrescentando que as componentes das três áreas prioritárias do Documento do PNUD para o país, baseiam-se na suposição de que, se a erradicação da pobreza e o crescimento económico inclusivo forem promovidos com uma maior resiliência e uma governação participativa e inclusiva, o país poderá acelerar seu progresso no desenvolvimento humano, acabar com a pobreza em todas as suas formas e reduzir as desigualdades. Ao longo da sua intervenção, frisou que o Novo Documento do PNUD para o período 2020-2022 baseia-se nas premissas de "não deixar ninguém para trás" e "alcançar os mais vulneráveis". Realçou que há três prioridades complementares que definem o Novo Documento do Programa para o ciclo 2020-2022: i. Promover a erradicação da pobreza e o crescimento económico inclusivo; ii. Aumentar a resiliência a choques e crises e melhorar a gestão dos recursos naturais para conservação e desenvolvimento económico; e iii. Reforçar a democracia inclusiva, os direitos humanos, a justiça e o Estado de direito, Acrescentou.

2. Apresentação da proposta do Programa do PNUD para Angola 2020-2022

2.1 Esta sessão contou com as apresentações sobre o Enquadramento do Documento do Programa do PNUD para Angola 2020-2022, no âmbito do UNDAF 2020-2023, presidida pela Assessora do Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, Dr.^a Fátima Santos; da proposta do Programa do PNUD para Angola 2020-2022, pelo Chefe da Unidade de Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, Dr. José Félix, e das prioridades nacionais, áreas programáticas e resultados do novo Documento do PNUD 2020-2022, pela Chefe da Unidade de Gestão Baseada em Resultados e Comunicação, Dr.^a Cláudia Fernandes.

3. Sessão de Comentários, Perguntas e Respostas

Nesta sessão deu-se primazia para comentários, sugestões e identificação sobre a contribuição estratégica do PNUD em Angola à visão do PDN a luz das prioridades do país, como se segue:

- ✓ *A Provedoria Geral da República de Angola* felicitou o PNUD pelo documento elaborado e a parceria com a Provedoria da Justiça. Frisou que a proposta do Documento do PNUD identificou o Ministério da Justiça, mas não a Provedoria da Justiça como parceiro. Sendo um órgão independente a Provedoria não faz parte do Executivo e deve ser destacada de forma diferente no documento; Destacou que em relação aos dados sobre VIH/SIDA no enquadramento do documento, devem ser apresentados de forma mais visível no documento (as apresentações forneceram informações mais detalhadas); Chamou atenção para a designação da Provedoria da Justiça como “instituição nacional de direitos humanos” – é necessário frisar no documento que o processo está em discussão e que a Provedoria ainda não tem esta designação. Sugeriu a retificação do documento para reflectir este aspecto de forma clara (e.g. existe a possibilidade da Provedoria vir a ser a “instituição nacional de direitos humanos”); a inclusão de actividades que reforçam o trabalho do Ministério do Interior (MININT) para a “garantia da segurança do cidadão” ; bem como as correções da tradução e forma – modelo de governação “adoptado” deve ser melhor explicado; tradução de “essencialmente jovens”; outros termos devem ser melhorados no documento.
- ✓ Por seu turno o *Observatório Eleitoral Angolano* felicitou o alinhamento dos vários programas (PDN, UNDAF, CPD) e alertou a necessidade de estabelecer mecanismos com as OSC para maior participação no desenho dos programas para evitar que as OSC sejam apenas para “operacionalizar” ou “parceiros para implementação e monitoria e avaliação”; Referiu que as OSC devem ser incluídas e deve-se estabelecer “a forma de participar” de forma clara no CPD; Em relação aos jovens, reiterou que o PNUD deve incluir acções para promover a empregabilidade e não apenas acções formativas vocacionais. Propôs ao PNUD o desenvolvimento de uma experiência piloto sobre a empregabilidade dos jovens; Ao finalizar, solicitou mais experiências com as Universidades e organismos internacionais, e que as mesmas possam ser partilhadas com Angola.
- ✓ O *Ministério do Ambiente* parabenizou o PNUD pelo documento e confirmou que o mesmo está alinhado com as prioridades do MINAMB e do Executivo; Referiu que os dados das florestas devem ser actualizados com base no Inventário Florestal recentemente publicado pelo MINAGRI que está disponível online; Sobre a protecção dos recursos naturais – recomendou a inclusão de uma referência a

- problemática da gestão de terras rurais e como o PNUD pode auxiliar neste sentido; Sobre os parceiros de Desenvolvimento lembrou e sugeriu a inclusão da banca nacional e não somente o Banco Mundial e bancos internacionais. Sublinhou que alguns bancos nacionais também são parceiros desenvolvimento e estão a apoiar programas de desenvolvimento; Em relação a formação dos jovens, o SdE realçou que os programas de formação do Executivo incluem “Kits” para que os jovens possam exercer actividades de forma independente / auto-emprego.
- ✓ O *Ministério da Energia e Água (MINEA)* confirmou o alinhamento do CPD com os programas do MINEA em particular em relação a resiliência, a gestão da seca e das crises e a gestão comunitária das águas; Reconheceu a importância do trabalho sobre energias renováveis; Reforçou a importância de apoiar os esforços para o abastecimento de água no meio rural, em particular a problemática da manutenção dos pontos de água no meio rural; Propôs o engajamento do PNUD para a mobilização do sector privado como parceiro para atender as necessidades do sector da água no meio rural (reabilitação do sistema existente, novos pontos de água etc...) e Solicitou um esclarecimento sobre o Orçamento do PNUD, realçando a importância de garantir os fundos para a implementação do CPD.
 - ✓ A *Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA)* realçou a importância de incluir a questão da “mineração sustentável” no quadro do apoio do PNUD para a gestão dos recursos naturais pelo impacto ambiental e social desta actividade. acrescentou que a AJUDECA já trabalha nesta questão e está pronta para apoiar. De igual modo a AJUDECA congratulou o PNUD pelo documento e informou que a AJUDECA também tem o seu Plano de Trabalho definido para o período 2019-2023 com 6 eixos que estão alinhados com a proposta do Novo Documento do PNUD. Reiterou que a AJUDECA também trabalha com questões ligadas ao género, crianças, juventude e inclusive já estabeleceu uma parceria com a União Africana através da “African Youth for Development Commission” e gostaria de colaborar com o PNUD neste aspecto.
 - ✓ A *Procuradoria-Geral da República (PGR)* esclareceu que o Plano Estratégico de Combate a Corrupção é um plano da Procuradoria Geral da República e não do Executivo (deve-se clarificar este aspecto no documento e nas apresentações).
 - ✓ O *Observatório de Género de Angola* felicitou o PNUD e referiu que o programa parece ser ambicioso (transmite a ideia que o PNUD “vai resolver todos os problemas...”); propôs ao PNUD acções de esclarecimento de forma a potenciar as OSC para que as mesmas possam fazer o seu papel de monitoria, fiscalização e promotores da transparência; Sugeriu a potencialização das OSC para que elas possam exigir dos funcionários públicos e dos dirigentes do País; Solicitou um

- esclarecimento sobre como o PNUD vai apoiar os processos de prestação de contas aos cidadãos no quadro das actividades sobre democracia e cidadania. No final da sua intervenção, frisou a importância da agricultura familiar para o combate a pobreza citando os exemplos de Cabo Verde, São Tomé e Moçambique e alertou que o PNUD (na sua visão) deveria concentrar-se mais no apoio na agricultura familiar e não a ligação com o mercado dos pequenos e médios agricultores.
- ✓ O *Grupo de Mulheres Parlamentares* reconheceu a parceira já estabelecida com o Grupo de Mulheres Parlamentar e com a 4ª Comissão de Administração do Estado e Poder Local; Prestou algumas informações sobre a importância da educação (primária, secundária) para identificar potencialidades das pessoas e promover o autoemprego desde cedo como forma de combater a pobreza; Reiterou que o Grupo de Mulheres Parlamentar, conta com o PNUD para apoiar os esforços da SADC e do Parlamento em relação ao VIH/SIDA e a meta de “Contaminação 0” no índice de novas contaminações; Por último, informou que no dia 24 de Abril será lançada a Plataforma Parlamentar para o Combate a Violência Domestica e contam com o apoio do PNUD.
 - ✓ A *4ª Comissão de Administração do Estado e Poder Local* felicitou a apresentação da proposta do documento do PNUD e destacou que conta com o apoio do PNUD para continuar a colaboração com a 4ª Comissão em torno do processo das eleições locais.
 - ✓ O *Ministério do Interior da República de Angola* congratulou o PNUD e fez duas contribuições pontuais: página 9 – deve-se corrigir “o documento contempla” e encontrar outra designação; e em relação a meta “reforçada a capacidade dos Governos Locais para os planos de contingência” deve-se refazer para transmitir que o reforço dos Governos Locais também é feito com apoio do/ ou através do Governo Central.
 - ✓ O *UNICEF em Angola* reforçou a importância da gestão baseada em resultados e solicitou que o a proposta do Documento do PNUD enfatiza este aspecto e melhora-se os indicadores para que possam ser mais simples e menos complexos, permitindo assim uma monitoria mais eficaz; Solicitou um esclarecimento sobre o papel do PNUD no desenvolvimento de capacidades para M&E ao nível nacional e a contribuição do PNUD nos processos de descentralização e municipalização.
 - ✓ O Centro de Acolhimento Dom Bosco felicitou o PNUD e apresentou o trabalho da org. Dom Bosco na promoção do ODS 4 - Educação de Qualidade; Solicitou maior colaboração entre o Dom Bosco e o PNUD no quadro da formação profissional e

nas iniciativas com “incubadoras de novas ideias” que possam promover o autoemprego e o combate a pobreza.

- ✓ A *Plataforma de Mulheres em Acção* congratulou o PNUD e solicitou mais apoio para as OSC – apoio material e financeiro para implementação de projectos locais.
- ✓ O *Banco Africano de Desenvolvimento* felicitou o PNUD pelo documento e solicitou que o BAD, o PNUD e a ONU em geral estreitem mais as relações para evitar duplicação, bem como proporcionar maior impacto; Em relação aos dois eixos do BAD (agricultura e infraestruturas) os mesmos vão depender dos esforços para democracia, estabilidade, segurança e estes devem as áreas prioritários para o PNUD.

Conclusão:

Durante a sessão de perguntas e respostas, o PNUD respondeu as perguntas pontuais apresentadas, esclareceu as questões relacionadas com o orçamento do Novo Documento para o país, as áreas de foco do PNUD e os mandatos específicos da FAO e o UNICEF que mais directamente apoiam as questões como agricultura familiar, educação entre outras, e os participantes foram informados que as contribuições serão trabalhadas e a nova versão do CPD vai acolher as mesmas.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, e ninguém mais tendo manifestado a intenção de usar da palavra, foi o presente workshop de consulta pública encerrado pela Directora de Operações do PNUD em Angola, Dra. Denise Antonio, que durante a sua intervenção frisou que O PNUD continuará a colaborar com o governo e contará com o apoio do sector privado, da Sociedade Civil e da Academia.